

“Não renovar é privatizar!”

Com o *slogan* acima, entidades trabalhistas e vários segmentos da sociedade estão se mobilizando para garantir a renovação das concessões no setor elétrico. A luta visa impedir que o parque gerador da Chesf e de outras estatais brasileiras venha a ser privatizado, o que implicaria em demissões, apagões e outros males profissionais e sociais. Em Pernambuco, **Senge-PE** defende uma permanente mobilização.

Pág. 7



Plantão Jurídico já mostra para que veio

Senge-PE amplia e agiliza assistência jurídica, colocando uma vez por semana advogado à disposição dos associados em sua sede social. Na primeira ação, chesfianos reivindicam adicional de periculosidade para intermitentes.

Pág. 2

Salário Mínimo Profissional em foco

O SMP é um dos temas da entrevista com o engenheiro civil e vereador Jurandir Liberal, ex-diretor do Senge-PE e um veterano na luta pela efetivação do piso da categoria.

Págs. 3, 4, 5 e 6



Engenheiro, ao preencher sua ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), escreva no formulário, no espaço reservado para a entidade: Senge-PE. Fortaleça o seu Sindicato!

Editorial

Não renovar as concessões do setor elétrico é voltar aos tempos da República Velha

Bastou Lula falar em criar a Petro-Sal, para gerenciar as jazidas de petróleo recentemente descobertas, que as forças mais conservadoras da sociedade foram logo acusando-o de querer ressuscitar a Era Vargas, período em que o Estado marcou forte presença na economia brasileira, com a criação de empresas como a Petrobras.

Na verdade, esse pessoal está querendo é voltar a uma época anterior à de Getúlio Vargas; está desejando um retorno à República Velha, quando as oligarquias mandavam e desmandavam

no País, e o povo, sem políticas e estruturas governamentais que o protegessem, vivia numa realidade social que lembrava a escravidão.

Hoje vestidos de neoliberais, os velhos oligarcas assistem à intervenção estatal até nos Estados Unidos, sobretudo depois que a crise mundial mostrou o perigo de suas teses e ações. Mas eles não dormem no ponto. Em termos de Brasil, aguardam ansiosamente a chegada de 2017, quando termina o prazo das concessões dos serviços de energia elétrica.

Um aspecto que os deixa animados

é o fato de a Lei 8987/95, que rege as concessões, ter um conteúdo eminentemente privatista, sem nenhuma garantia de manutenção dos postos de trabalho, além facilitar a adoção indiscriminada das terceirizações. Por isso, é pra lá de urgente que as entidades classistas e a sociedade organizada intensifiquem a luta contra esses sombrios horizontes. “Não renovar é privatizar” é um grito que precisa ser cada vez mais ouvido!

Até a próxima!

Adicional de Periculosidade na Chesf compõe 1ª ação do Plantão Jurídico

Criado pelo Senge-PE para apoiar, de forma mais ágil e ampla, os associados na defesa dos seus direitos, o **Plantão Jurídico** iniciou suas atividades, em 11 de setembro, dando respaldo legal à ação de um grupo de chesfianos que reivindica o pagamento do adicional de periculosidade aos intermitentes – direito pelo qual o Sindicato luta também em outras frentes.

O novo serviço consiste na



disponibilização, na própria sede do Senge-PE, dos trabalhos de um advogado visando atender a um conjunto

de demandas dos engenheiros. Nesse primeiro momento, está funcionando às quintas-feiras, das 16 às 18h, mas o horário pode ser ampliado, a depender das necessidades dos sócios.

Para agendar uma consulta, basta entrar em contato com a Secretaria do Sindicato, através do fone 3227.1361. É importante o profissional comparecer à consulta com todos os documentos que possam fundamentar as ações.

Entrar na home page do Senge-PE, é ficar por dentro de tudo

Links com sites de renomadas instituições, informações atualizadas sobre o mundo da Engenharia, dicas sobre saúde e aposentadoria, biblioteca jurídica e muito mais. www.sengepe.org.br



Informativo do Sindicato dos Engenheiros no Estado de Pernambuco (SENGE/PE)

Rua José Bonifácio, 205 - Sala 305 - Edf. Executive Center - Madalena - Recife-PE - Tel: (81) 3227.1361 Fax: (81) 3227.2275 E-mail: sengepe@hotmail.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Fernando Rodrigues de Freitas
Vice-presidente: Roberto Luiz de Carvalho Freire
Financeiro: Mavial de Araújo Costa
Secretário: Clayton Ferraz de Paiva
Relações Sindicais: José Roberto F. Rego Lima
Divulgação e Cultura: Clóvis Arruda d' Anunciação
Suplentes: Jair João dos Santos Silva, Augusto José Nogueira, Adir Átila M. de Souza e Jaime G. dos Santos

Conselho Fiscal: Norman B. Costa, José de Anchieta V. Gomes e Frederico G. Bastos Gonçalves
Suplentes: Carlos Roberto A. de Brito, Eloisa Bastos A. de Moraes e Jurandir Liberal
Representantes Sindicais: Aderbal Gomes de M. Júnior, Rudyard M. de Carvalho, Waldir Duarte Costa Filho e Wilson José Cavalcante
Jornalista Resp.: Gilson Oliveira - DRT 1081
Impressão e Diagramação: Provisual Gráfica

Entrevista: Jurandir Liberal

“Os engenheiros foram pioneiros na luta pelo Salário-Mínimo Profissional”

T Engenheiro Civil formado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde iniciou a militância política em 1974, no Diretório Acadêmico de Engenharia, Jurandir Liberal foi diretor do Senge-PE entre 1983 e 1989, período em que o sindicato começou a sistematizar sua luta pela efetivação daquela que é uma das maiores conquistas da categoria: o Salário-Mínimo Profissional (SMP).

O SMP é um dos temas dessa entrevista com Jurandir Liberal, que, como parlamentar, tem se empenhado pela total consolidação do piso da categoria, apresentando emendas à Lei Orgânica na Câmara dos Vereadores, articulando as entidades classistas e os trabalhadores e possibilitando as



negociações com o Executivo Municipal.

Com três mandatos consecutivos de vereador do Recife pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Jurandir foi líder do governo João Paulo na Câmara e líder da bancada do PT. Atualmente, é presidente da Comissão de Constituição e Justiça, uma das mais importantes da Casa de José Mariano.

Um dos fundadores do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Pernambuco (Sindspe-PE), Jurandir presidiu a entidade por dois mandatos e participou do processo de redemocratização do Senge-PE e do Clube de Engenharia. Foi também presidente da Associação dos Servidores da Sudene (ASS) e diretor da CUT-PE.

Faça um resgate histórico da luta pelo Salário-Mínimo Profissional...

O SMP foi uma das bandeiras de luta da direção do Senge-PE eleita em 1983. A gestão era composta por Cláudio Pinto (presidente), por Cláudio Marinho (secretário geral), e eu ocupei o lugar de tesoureiro. Participavam, ainda, Jaime Gusmão, Milton Costa Pinto e “Carlão”, entre outros companheiros da Chesf, Sudene, Compesa e Prefeitura do Recife. Iniciamos uma campanha ampla: no âmbito Municipal, no

Estadual e no Federal. Como o servidor público não tinha direito à sindicalização, o sindicato profissional liberal era um

O prefeito João da Costa se comprometeu comigo e com as entidades de que retomaria as negociações sobre o SMP a partir de outubro

sindicato referencial. Em 1985, conseguimos, com o então prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos, o

pagamento do piso salarial para os servidores da administração direta da Prefeitura. Mas, a inflação era muito alta e, em pouco tempo, este piso praticamente deixou de valer. O SMP representa uma luta que estamos incrementando há 26 anos.

Como eram as reações ao SMP?

Os órgãos públicos se achavam desobrigados de cumprir a lei do piso salarial. Diziam que era obrigatório apenas para o setor privado. Mas, continuamos a luta e, há uns três anos, quando o CREA, o Senge e o Clube

de Engenharia reiniciaram a campanha de valorização profissional e procuraram na Câmara Municipal para encaminhar a incorporação do piso profissional à Lei Orgânica do Recife. Foi quando apresentei uma emenda para inserir os efeitos da Lei 4950/A, que trata do piso profissional, na Lei Orgânica. A proposta contou com o apoio tanto dos vereadores da base do governo, quanto da oposição. Todos reconheceram que a proposta estava respaldada por representantes da Chesf, Sudene, Prefeitura do Recife, do setor privado, além das demais entidades de classe.

Qual foi a etapa seguinte?

Tivemos uma série de discussões com o prefeito João Paulo, quando ele argumentou que o município não tinha condições de aplicar o piso naquele ano. Depois de várias negociações com o Senge, o CREA e o Clube de Engenharia, retomamos o diálogo com o Executivo. O prefeito, então, concordou que o município poderia oferecer cinco salários-mínimos no primeiro ano e o restante do piso seria complementado no ano seguinte. Dessa forma, conseguiríamos chegar aos seis salários.

Esse valor foi alcançado em 2009?

Ainda não foi possível, para o município. Todavia, a diferença é de, apenas, R\$ 90 reais. O valor conquistado equivaleu a 96% do SMP. Faço a observação de que,

antes da administração João Paulo, um engenheiro ganhava 2,5 salários-mínimos. Nos primeiros anos do mandato dele, o valor chegou a 4,5 salários-mínimos. Este ano, como o salário-mínimo ficou acima da inflação e o reajuste dos servidores municipais ficou na média, a negociação não levou o piso profissional em conta e deixou uma defasagem com relação ao ano anterior. Mas, agora, o prefeito João da Costa se comprometeu comigo e com as entidades de que as negociações



É bom não se alterar uma lei de 40 anos. Os engenheiros foram pioneiros nessa luta. Tanto que era chamada de "Lei dos Engenheiros"

sobre o cumprimento do SMP seriam retomadas a partir de outubro.

Essa questão vai ser efetivamente resolvida este ano?

Sim. A luta de 26 anos está chegando à sua fase final. Agora, isso não significa que a categoria vai conseguir o piso e ficar dormindo em berço esplêndido... Vamos ter que continuar presentes e

vigilantes para garantir a manutenção junto ao Executivo. Na administração indireta, o Senge vai precisar negociar com a URB e a Emlurb, para assegurar a equiparação.

A Constituição proíbe a indexação de qualquer piso ao salário mínimo. Alguns juízes acatam essa tese, mas outros não, argumentando que o proibido é a indexação monetária. No caso do salário mínimo, ele é apenas um pagamento de manutenção do trabalhador.

O que posso dizer é que a lei está correta, tem 40 anos, e tem que ser o nosso referencial. Nós, inclusive, destacamos que a lei refere-se ao mínimo da remuneração. A gente não está discutindo salário-base, mas, remuneração, ou seja: o conjunto de

pagamentos que contribui para o salário. Estou falando sobre remuneração total. Ninguém pode ganhar menos do que seis salários mínimos. Esse é o centro da questão.

Existe alguma iniciativa no sentido de alterar a lei 4950 /A?

Não. Inclusive, é bom que agente não entre nessa de alterar uma lei de 40 anos. Isso pra gente é uma conquista. Outras categorias estão conquistando agora. Os engenheiros foram pioneiros, fomos nós que puxamos essa luta. Tanto é que o pessoal chamava de "Lei dos Engenheiros".

O Plano Diretor foi uma imposi-

ção do Estatuto da Cidade?

A lei federal que criou o Estatuto da Cidade determinou que todas as cidades com população acima de 200 mil habitantes eram obrigadas a ter um Plano Diretor. O Recife, como a maior parte das capitais, já possuía um Plano, mas tinha que fazer adaptações. Esse processo durou cerca de quatro anos, durante os quais, a Prefeitura realizou conferências e debates para encaminhar o Plano à Câmara. Encaminhou, mas o parlamento não pôde iniciar a discussão porque estava revisando a Lei Orgânica, revisão essa que afetaria também o Plano. A análise durou um ano. A comissão especial de avaliação do Plano foi instalada em maio de 2007 e deu início à programação dos debates em torno da proposta. A interlocução com a sociedade contou com a realização de audiências públicas, onde foram ouvidos setores importantes da sociedade, e a apreciação de temas que constavam no projeto enviado pelo Executivo. Além disso, os vereadores apresentaram 270 emendas, que foram analisadas até abril do ano passado.

Como foi a participação do Senge-PE nesses trabalhos?

É importante resgatar que o Senge, o Clube de Engenharia e o CREA participaram, inclusive, das audiências públicas e colaboram tanto nas discussões dos temas como dando respaldo técnico. O Plano Diretor

interessa profundamente à cidade e envolve diretamente a Engenharia. Após as análises das emendas, houve uma nova audiência pública, quando nós apresentamos um relatório preliminar consolidando as emendas dos vereadores e as sugestões do Senge-PE, do CREA e outras entidades. O documento recebeu novas sugestões da sociedade. E, com base nessas propostas, negociamos com a Prefeitura e concluímos o relatório final, votado em outubro de 2008, e sancionado prefeito João Paulo no final do ano. O nosso



Uma média de quatro mil veículos entram por mês na RMR. É urgente o estabelecimento de políticas que priorizem o transporte coletivo

relatório foi aprovado na íntegra, sem emendas nem vetos.

Como você destaca a atuação dessas entidades?

A atuação foi fundamental, sobretudo no tocante à colaboração técnica relacionada com mobilidade urbana e acessibilidade, o que inclui a questão do transporte coletivo e também o

deslocamento das pessoas tanto a pé como de bicicleta. Esse é um tema que na ordem do dia. O prefeito vai precisar enviar um projeto de lei até o fim do ano para a Câmara discutir a questão. Trata-se de um assunto que, como parlamentar, vou priorizar. Hoje, as pessoas gastam uma hora e meia para se deslocar de Piedade para o centro do Recife. Da Boa Vista à Madalena, as pessoas gastam quase o mesmo tempo ao que se leva para ir do Recife a Caruaru. Alguma coisa está errada. Vai chegar o dia em que será melhor ir a pé do que de automóvel. Será preciso, então, estabelecer restrições ao uso do carro. Porque não adianta você ter um carro se ele quase não anda. E o importante é facilitar o deslocamento das pessoas.

Os problemas no sistema de trânsito do Recife poderiam ser resolvidos com uma boa engenharia de tráfego?

É preciso, sobretudo, que a sociedade possa ter a real dimensão do problema. Quatro mil veículos novos entram, a cada mês, em média, na área metropolitana, sendo 60% deles no Recife. Daqui a cinco anos, obviamente, esta realidade estará muito pior. Então, o estabelecimento de políticas de regulação e melhoria do sistema surge como uma urgência diante desse quadro. Uma delas é a prioridade ao transporte coletivo e de massa. A cidade precisa estabelecer regras para que esses meios de transporte se desloquem com agilidade e segurança, para que as pessoas

usem, preferencialmente, o transporte coletivo.

E o uso das calçadas, no Recife, merece atenção especial para facilitar a mobilidade urbana?

Dados apontam que 30% dos deslocamentos são feitos a pé. Então a questão das calçadas é realmente muito séria. A população idosa, por exemplo, tem uma dificuldade imensa para andar nas calçadas. E também os deficientes físicos, sobretudo os visuais. Então, essa preocupação é fundamental. Como exemplo positivo, temos as calçadas de Boa Viagem, que foram projetadas dentro das regras da ABNT [Associação Brasileira de Normas Técnicas]. Inclusive, a padronização também ordenou a instalação de orelhões e de cestos de lixo. De acordo com a legislação, o município tem obrigação com a preservação das calçadas nas áreas de córrego, nos parques. Já onde houver meio-fio, a obrigação é do dono do imóvel.

A padronização é outro aspecto importante.

Também precisamos ressaltar a padronização das calçadas como um dos pontos fundamentais para esse debate da mobilidade. Por vezes, um proprietário faz uma calçada muito baixa, outro faz uma muito alta e isso dificulta a circulação dos pedestres. Teremos que estudar uma solução para esses problemas, principalmente, no centro da cidade, onde é maior

a movimentação de pessoas, onde a Prefeitura deveria priorizar e assumir. Também precisamos analisar o reordenamento. Há lugares onde uma banca de revistas ocupa a calçada inteira.

O uso de ciclovias é outro tema que merece atenção?

A ciclovia é um elemento-chave, porque mais de 30% dos deslocamentos são feitos com bicicletas. Outro problema é



Em João Pessoa e Maceió os prédios da orla são de seis andares. O primeiro Plano Diretor elaborado para o Recife deveria ter tido essa preocupação

que pontes e viadutos não eram construídos com passagens para pedestres. Hoje, as pontes, a exemplo da Gregório Bezerra, já contemplam ciclovia e passagem para pedestre.

Fale de outros aspectos do novo Plano Diretor...

Um dos pontos polêmicos foi o estabelecimento dos parâmetros de construção. A gente manteve a lei dos

12 bairros. Houve restrições para o bairro de Boa Viagem, inclusive. Há, por exemplo, uma emenda de minha autoria restringindo a construção de prédios com mais de 14 andares na orla. Esse ponto foi considerado obsoleto por algumas pessoas, uma vez que os edifícios já estão quase todos construídos na beira-mar de Boa Viagem. Todavia, muitas construtoras estavam derrubando prédios de 14 andares, para fazer de 30 ou de 40 andares. Por isso, quando dá uma hora e meia da tarde, certos trechos da praia já estão sombreados. Às quatro horas da tarde tudo está sombreado, não tem mais sol na praia. A emenda limita as construções a 14 andares ou 42 metros.

Pelo menos 15% dos prédios de Boa Viagem têm 14 andares?

O que nós levantamos, durante a análise do Plano Diretor, foi o seguinte: 247 construções estão nessa situação. Um prédio muito conhecido que pode servir de referência para 14 andares é o Acaiaca. Acima daquilo é espigão. Se você pegar João Pessoa, Maceió... os prédios na orla são de seis andares. Isso podia ter sido feito aqui. Quem elaborou o primeiro Plano Diretor deveria ter tido a seguinte preocupação: na avenida Boa Viagem, os prédios deveriam ter oito ou dez andares; na rua dos Navegantes, aumentariam um pouquinho... Na Conselheiro Aguiar e na Domingos Ferreira, as construções poderiam crescer um pouco mais... Assim, você deixava ventilação, deixava o sol na praia e acabaria com a barreira na beira-mar.

Setor Elétrico**Sindicato defende que sociedade se prepare desde já para lutar contra privatizações**

Uma imediata, permanente e bem articulada mobilização das entidades sindicais, dos partidos políticos progressistas, das universidades e de todos os setores da sociedade organizada visando garantir a renovação das concessões no setor elétrico. Essa é uma das bandeiras de luta atualmente defendida pelo Senge-PE.

Embora só vença em 2017 o prazo de concessão das usinas que compõem o parque gerador da Chesf e de outras empresas estatais brasileiras, o perigo de privatização que ronda o setor

exige, de acordo com os dirigentes do Sindicato, que as entidades representativas dos trabalhadores e a população brasileira procurem, desde já, se preparar para a luta.

O próprio Senge-PE já está atuando em várias frentes, participando das atividades do Grupo de Trabalho criado pelo Governo Federal e, paralelamente, de diversos fóruns de debate. “O objetivo é remar com todas as forças contra a nova onda privatista. Afinal, a Chesf é um patrimônio do povo do Nordeste, assim como as demais estatais da área



O perigo de privatização que ronda a Chesf e outras estatais exige uma bem articulada mobilização de todos os setores sociais.

energética são grandes bens do povo brasileiro”, diz o presidente do Sindicato, Fernando Freitas.

Senge-PE e Chesf discutem PCR

A Chesf vai realizar um ciclo de reuniões para discutir o Plano de Carreira e Remuneração (PCR) com o seu corpo funcional e as entidades classistas.

A reunião entre os dirigentes do Senge-PE e representantes da empresa será no próximo dia 21 de setembro.

ONS inicia discussão da pré-pauta

Está programada para o último dia de setembro a primeira rodada de negociação da pré-pauta elaborada pelos funcionários do Operador Nacional do Sistema (ONS).

Maioria absoluta dos funcionários da CPRM quer reabertura das negociações

Dirigentes do Senge-PE têm se reunido com os trabalhadores, membros da Conae e de outras entidades para definirem novas estratégias e ações. O documento contendo as reivindicações foi aprovado pelos trabalhadores após a realização de assembleias em todas as regionais da empresa.

“**S**e o fato de 86% dos empregados e 92% das Unidades Regionais estarem rejeitando a contraproposta da CPRM não for um bom motivo, não sabemos mais o que significa bom motivo”.

A reação é do presidente da Conae-CPRM, Waldir Duarte, em resposta à afirmação do presidente da CPRM, que, em recente visita

à Sureg-RE, disse não ver motivos para reabrir o processo de negociação em torno do XXIV ACT.

Os membros do Conae têm realizado reuniões com os representantes sindicais para definirem a estratégia a ser adotada e o plano de ação a ser seguido. “Vamos ficar todos unidos e preparados, inclusive, para enfrentar pressões”, diz Waldir.

Filie-se ao Senge-PE: Aumente a sua e a nossa força

Senge-PE volta a cobrar SMP em reunião na Prefeitura do Recife

O presidente do Senge-PE, Fernando Freitas, voltou a cobrar à Prefeitura do Recife o cumprimento do acordo assinado, em 2007, entre o Sindicato e outras entidades classistas com a administração municipal, visando assegurar definitivamente que o Piso Remuneratório Unificado para a Administração Direta e Indireta da PCR seja compatível com a Lei Federal número 4.950-A66.

Aprovada há 43 anos, a Lei determina que seja pago aos engenheiros um valor não inferior a seis vezes o Vencimento Básico do Município, para uma jornada de seis horas diárias de serviço, valor hoje correspondente a R\$ 2.790,00.

A cobrança de Fernando Freitas aconteceu durante recente reunião na sede da PCR entre o secretário de Assuntos Jurídicos, Ricardo Soriano, o Senge-PE (também representado pelo

diretor de Divulgação e Cultura, Clóvis Arruda), a Assaepre, o CREA-PE e o Clube de Engenharia, representados pelos seus presidentes, respectivamente, Miguel Arcanjo, José Mário e Alexandre Santos.

Durante o encontro tratou-se também do enquadramento dos 77 engenheiros, arquitetos e químicos aprovados em concurso público na Tabela do Piso Remuneratório das categorias.

Senge participa de seminário sobre Arborização Urbana em Garanhuns

Ampliar as discussões de temas relevantes da arboricultura, através do intercâmbio de informações técnicas, políticas e científicas, ofertando aos participantes a oportunidade de conhecer o planejamento, manejo, ensino, pesquisa e responsabilidade pública no âmbito da Arborização Urbana.

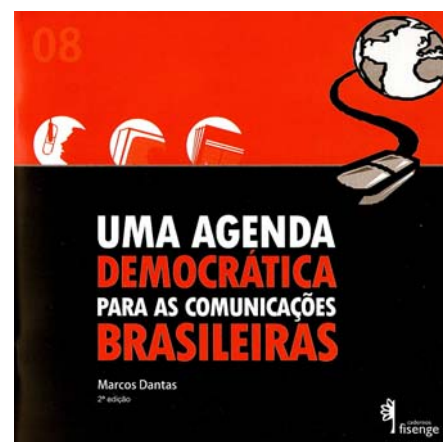
Esses são alguns dos objetivos do **I Seminário Pernambucano de Arborização Urbana**, a ser realizado de 7 a 9 de outubro, na Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns. Consciente da importância da arborização como fator de melhoria do ambiente e até como nicho de emprego, o Senge-PE participará e procurará colaborar para o sucesso do evento.

Fisenge relança caderno sobre Comunicação

Idealizada com a finalidade de contribuir para a formação de quadros capacitados a empunhar e defender as principais bandeiras sociais e profissionais, a série de cadernos publicados pela Fisenge ganha o seu primeiro lançamento.

Escrita por Marcos Dantas, professor da Escola de Comunicação da UFRJ e Doutor em Engenharia da Produção pela mesma universidade, **Uma agenda democrática para as comunicações brasileiras** pretende debater o papel e a missão dos meios de comunicação na sociedade.

“A Comunicação é estratégica para avançarmos em um novo projeto de



País, bem como para disputarmos a hegemonia da sociedade”, ressalta o presidente da Fisenge, Carlos Roberto Bittencourt.

Visando facilitar o acesso à cartilha, a Fisenge está disponibilizando a publicação através do seguinte link: <http://fisenge.org.br/2008/10/24/cadernos-fisenge-n%C2%BA-8-uma-agenda-democratica-para-as-comunicacoes-brasileira>.